



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 15-04-2019

Presidente

-- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

Vice - Presidente

- Carlos Manuel de Melo Pimentel

Vereadores

- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Nélia Maria Silva Alves Guimarães
- Sabrina Marília Coutinho Furtado
- Gonçalo Patrício Fontes Dias
- Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa

Secretário

- Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA **DO DIA 15-04-2019**

----- Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove , pelas 10:00 , nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária Pública a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos vereadores, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Gonçalo Patrício Fontes Dias e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa.-----

----- Secretariou a reunião o Chefe de Divisão, Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

ÍNDICE

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL33/2019) - E N.º 2203/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTA GARÇA

(DL 34/2019) E N.º 2293/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROJETO DE SOLIDARIEDADE - "SENTIR A LIBERDADE COM O FUTEBOL"

(DL 35/2019) I N.º 341/2019 - INFORMAÇÃO - SETOR EMPRESARIAL LOCAL - RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DE 2018 -

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL 36/2019) - I N.º 332/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2018-

(DL 37/2019) - I N.º 352/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL -

BALANCETE



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Depois de declarar aberta a reunião, o presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao vereador Gonçalo Patrício Dias que questionou o executivo sobre o ponto de situação das obras na Praia do Corpo Santo, atendendo à aproximação da época balnear. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que houve que fazer alterações significativas ao projeto que implicaram o suporte dos muros sobranceiros à Praia do Corpo Santo e que exigiram a realização de testes geológicos em profundidade, estando no presente em fase de conclusão de modo a seguir-se o normal processo concursal, que levará alguns meses, pelo que não previa a realização de obras naquela praia durante o próximo verão. Acrescentou que também havia que verificar a situação da candidatura do projeto que, originalmente contemplava apenas a reformulação do forte e uma pequena intervenção na praia ao nível dos balneários, com um investimento na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros e que, com as alterações efetuadas e que comportam soluções técnicas complexas e caras, aquele valor irá ascender a um valor que se julga que irá atingir o milhão de euros. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias retomou a palavra perguntar sobre o concurso de concessão do complexo turístico da Vinha D'Areia, se o processo já estaria finalizado, quantos interessados foram registados e quem havia sido o vencedor. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que para o procedimento da alienação da participação detida pelo município na Atlântico Vila houve apenas um concorrente, de nacionalidade russa que já havia expressado o seu interesse, que agora tinha apresentado uma proposta de 245 mil euros para adquirir 49 por cento da empresa Atlântico Vila, responsável pela gestão do aquaparque, bar e restaurante na praia da Vinha da Areia, sendo que já fora efetuado o pagamento inicial de 50% daquele montante e com a assinatura do contrato definitivo seria pago o remanescente da quantia. Acrescentou que seguir-se-ia a concessão, em fase de conclusão, julgando que o caderno de encargos fora levantado por três interessados. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias retomou a palavra para solicitar a disponibilização da documentação do procedimento, tendo o presidente da Câmara Municipal referido que a documentação estava sempre disponível na Câmara Municipal e que os vereadores tinham livre acesso à consulta da mesma junto dos serviços da área em questão. -----

A vereadora Sabrina Furtado pediu a palavra para relembrar que na última reunião pública haviam requerido cópia da documentação referente ao processo de subconcessão do espaço da Rotunda e que ainda não a tinham recebido. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu reafirmando que a documentação estava disponível na câmara e como tal os vereadores poderiam ter acesso à mesma junto dos serviços. -----

A vereadora Sabrina Furtado retomou a palavra para dizer que a partir do momento em que requereu cópia e que não lhe havia sido dito nada em contrário, esperava receber a mesma e que se o presidente lhe tivesse dito que estaria disponível apenas para consulta, não teria esperado um mês para ver a documentação. -----

O presidente da Câmara Municipal afirmou que não iria ser disponibilizada qualquer cópia, que nunca tinha dito que iria disponibilizar cópia e que os documentos estavam sempre disponíveis para consulta. --

A vereadora retorquiu dizendo era a primeira vez que aquilo acontecia e que já havia dado cópia de documentos noutra vez, tendo o presidente da Câmara Municipal respondido que a única vez que



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

aconteceu mal e que os documentos que envolvem relações contratuais com terceiros no relacionamento com a Câmara não são propriamente para se tirar cópia e entregar às pessoas, mesmo que sejam vereadores, pelo que apenas seja admissível a sua consulta. -----

Retomou a palavra a vereadora Sabrina Furtado para se referir ao processo de construção e licenciamento do hotel em Água d'Alto, dizendo que tinham tomado conhecimento do assunto pela comunicação social, perguntado sobre qual a influência que a Câmara Municipal poderia ter, ou o seu presidente teria intenção de, por alguma forma, junto do investidor, garantir que pelo menos uma parte dos postos de trabalho a criar fossem preenchidos por trabalhadores vila-franquenses pois, em sua opinião, se aquele investimento não trouxer postos de trabalho a Vila Franca do Campo não sabe qual é a vantagem de ter o maior hotel dos Açores em cima da praia do Degredo, lembrando a situação passada e não concretizada do terreno do Poço Largo e da intenção de o colocar em hasta pública para investimento turístico, na qual estava fixada a condição da contratação de trabalhadores vila-franquenses. O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que as autarquias e o Governo "não tinham poderes discricionários e não decidiam segundo vontade própria, na maioria das situações, lembrando que o poder de ambos está vinculado às leis e regulamentos, no caso concreto, ao PDM e Plano de Ordenamento da Orla Costeira. -----

Mais adiantou que a proposta apresentada cumpria todas as regras. -----

Relativamente à contratação de residentes no concelho de Vila Franca do Campo para trabalharem no hotel, indicou que legalmente não existe a possibilidade de obrigar o promotor a contratar residentes no concelho, mas que estaria disponível para receber um aconselhamento da vereadora do PSD sobre forma como isso poderia ser garantido. -----

Salientou o presidente da Câmara Municipal que resulta da experiência que será mais fácil contratar pessoas de Vila Franca do que contratar pessoas de outros concelhos, porque ficam mais próximas do local de trabalho, ainda que, devido à especialização de um hotel de cinco estrelas poder não haver pessoas suficientes no concelho. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias usou da palavra para perguntar se para efeitos de abastecimento daquele empreendimento turístico estaria a rede pública preparada para fazer face às necessidades que o funcionamento do mesmo irá colocar. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, sublinhando que, no âmbito do contrato estabelecido com o IROA e referente ao reforço do abastecimento de água a Ponta Garça, com captação em Água d'Alto, ficou previsto a construção de um reservatório com a capacidade de um milhão de litros nesta última freguesia. -----

Pedi a palavra o vereador Arnaldo Sousa para perguntar sobre a situação dos moradores da zona da Carreira Mestre Agostinho, Ponta Garça, se estariam as moradias já legalizadas e se a Câmara Municipal teria alguma ação programada para proceder à pintura da frente das casas. -----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu que algumas das casas em causa não eram propriedade da autarquia pois algumas pessoas haviam feito permutas com o governo regional, mas que, de qualquer forma não tinha nada contra uma ação ordenada de recuperação das pinturas das fachadas das casas, estando a câmara municipal disponível para junto do governo acertar uma ação comum. -----

A vereadora Conceição Quental pediu a palavra para informar que irá ser celebrado um protocolo entre o governo regional e a junta de freguesia para a requalificação da pintura das casas. -----



ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL33/2019) - E N.º 2203/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTA GARÇA - Foi presente à reunião o pedido de delegação de competências, formulado pela Junta de Freguesia de Ponta Garça. Para efeito do disposto nos artigos 131.º a 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade. celebrar com a freguesia de Ponta Garça, um acordo de execução e de delegação de competências, para a construção de um ossário no cemitério daquela freguesia, tudo acompanhado dos recursos financeiros necessários no montante de € 5. 839.17 (cinco mil oitocentos e trinta e nove euros e dezassete cêntimos). -----

Mais deliberou a Câmara Municipal remeter o processo para apreciação e votação da assembleia municipal. -----

(DL 34/2019) E N.º 2293/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROJETO DE SOLIDARIEDADE - "SENTIR A LIBERDADE COM O FUTEBOL" - Foi presente à reunião o pedido de apoio formulado pela Associação de Futebol de Ponta Delgada referente ao projeto denominado " Sentir a Liberdade com o Futebol", o qual envolve todas as autarquias da ilha e outras entidades e instituições. A Câmara Municipal compreende as razões invocadas bem como o espírito que norteia o projeto, deliberou por unanimidade atribuir um apoio no montante de 1.000,00 €. (mil euros). ----

(DL 35/2019) I N.º 341/2019 - INFORMAÇÃO - SETOR EMPRESARIAL LOCAL - RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DE 2018 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram presentes à Câmara Municipal os documentos de prestação anual de contas das entidades que compõem o setor empresarial local do município. A vereadora Sabrina Furtado pediu a palavra para saber quando se iria operacionalizar a internalização e extinção definitiva das empresas municipais identificadas para o efeito, perguntando sobre o ponto de situação do processo e se para o ano, voltariam a ver todas as contas da empresa municipais, recordando que o presidente da Câmara Municipal já havia dado conta de diversos contactos com a CGD e com o FAM para aquele efeito. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que relativamente às várias empresas municipais, tem havido algumas vicissitudes e alguns progressos, nomeando a situação da Gesquelhas como a mais complexa, que envolvendo uma dívida de mais de 11 milhões de euros, exige soluções específicas, pois, recordou, para que aquela empresa seja internalizada, será necessário passar o edifício do Açor Arena para o nome da autarquia e para isso há que ter a correspondente licença de utilização, sendo que as



licenças até agora usadas para o edifício são de carácter provisório, e que a emissão da licença definitiva depende do cumprimento de variados requisitos regulamentares e legais que obrigam a obras orçamentadas em 750.000 euros. Sublinhou que no processo anterior a Câmara Municipal havia incluído 800 mil euros para aquelas obras, tendo o tribunal de contas chumbado a pretensão. -----

Prosseguiu o presidente da Câmara Municipal para referir que após reuniões havidas com o FAM, a CGD e o Tribunal de Contas, tinha sido encontrada a modalidade para o financiamento necessário, esperando que em breve fossem tomadas as necessárias decisões e que estava a ser reformulado o plano de ajustamento municipal, em conformidade com as novas soluções e modalidades acertadas, estando o processo em estado bastante avançado. -----

A vereadora Sabrina Furado interveio para recordar que no ano passado, o presidente da Câmara Municipal tinha dito que havia guardado algum dinheiro para que quando começasse a ter de pagar o Açor Arena, ter aquele montante disponível, sendo que transitou com um exercício líquido positivo também no ano passado, perguntando se com aquela tranche, também seria isso que aconteceria? -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que não seria com o recurso ao saldo de gerência que se iria resolver o problema, por ser insuficiente, mas sim com o recurso a empréstimo junto da CGD, sendo que nesta fase nada estava decidido, tendo a proposta sido formalmente apresentada pela Gesquelhas junto da CGD. -----

Retomou a palavra a vereadora Sabrina Furtado para perguntar se podia depreender das palavras do presidente da Câmara Municipal, que aquele havia guardado algum dinheiro a contar com aquela possibilidade, mas como tinha feito outro tipo de negociação, aquele dinheiro não haveria necessidade de o utilizar. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente. -----

Prosseguiu o presidente da Câmara Municipal para se referir à Fundação Escola Profissional, afirmando que a mesma será extinta logo que a autarquia compre o edifício que a fundação tem na freguesia de Ponta Garça e com cuja receita aquela entidade pagará as dívidas que tem. -----

Concluiu o presidente da Câmara Municipal afirmando que relativamente às demais empresas, o processo estava bem encaminhado, e que para além da Marina da Vila, EM, apenas a Vila Solidária, EM; se iriam manter em atividade, sendo extintas todas as demais. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento remetendo os documentos para a assembleia municipal para o mesmo efeito. -----

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL 36/2019) - I N.º 332/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2018 - Em cumprimento do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), na sua atual redação, foram presentes à reunião os documentos de prestação de contas da autarquia referentes ao exercício de 2018. -----

O presidente da Câmara Municipal explanou as principais ideias subjacentes às contas do ano de 2018, referindo que o documento espelhava a gestão criteriosa e rigorosa dos recursos financeiros, refletida no saldo de 821.000 euros. Apontou a conclusão da Capela da Luz Eterna e da estrada envolvente, bem



como das obras de requalificação da Av. Vasco da Silveira e sublinhou o início das obras do parque de Lazer da Mãe de Deus. Destacou os apoios sociais no âmbito da habitação degradada e do Fundo de Emergência Social. Sublinhou, relativamente às despesas correntes e às interpretações que têm sido feitas na assembleia municipal sobre esta matéria e que apontam para o facto de a autarquia estar a ir além dos limites, que comparando o exercício de 2015, com o de 2018, e a partir do facto concreto de, naquele período, se ter recebido mais 691.000 € para despesas correntes do que em 2015, tendo sido executados apenas 377 mil euros, o que, disse, corresponder a metade do recebido e logo, demonstra que a gestão das despesas correntes tem sido rigorosa. -----

Concluiu, afirmando que o percurso que te sido feito não esquece os compromissos com o serviço da dívida, esperando que por força do futuro plano de ajustamento municipal se ganhe mais algum folgo, de modo a se poder corresponder ainda com maior substancia às necessidades dos mais desfavorecidos e à criação de cada vez melhores condições que confirmam aos vila-franquenses melhor qualidade de vida. ----

A vereadora Sabrina Furtado pediu a palavra para perguntar o seguinte: -----

- Se havia sido usado alguma verba do IUC para manutenção de estradas, sendo que foi mantida a estrada de Ponta Garça e que o PSD, como já referiu em reuniões anteriores, usaria tais verbas para o efeito. -----

- No documento dos Fluxos de Caixa/Recebimentos, à página 1, estava referida a verba de 275 mil euros do Fundo Social Municipal. Afetava o executivo toda aquela verba ao FES e aos apoios à habitação degradada? -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que o Fundo Social Municipal é uma receita direta do orçamento do Estado, que não tem a ver necessária e diretamente com os dois programas sociais. Sublinhou que no âmbito da receita não se aloca diretamente uma receita a uma despesa e que o Fundo Social Municipal se destina às despesas com a área da educação, designadamente com os edifícios escolares para o ensino básico, eletricidade das escolas, reparações, aquisição de bens, etc. -----

A vereadora Sabrina Furtado perguntou também se os transportes escolares que a Câmara Municipal delega nas freguesias seriam suportados por aquele fundo, tendo o presidente da Câmara Municipal respondido que os transportes no âmbito da ação social escolar eram registados como verba aplicada no âmbito do referido fundo. -----

A vereadora Sabrina Furtado interveio para dizer que assim, poderia concluir que o dinheiro que a Câmara Municipal transferia para as freguesias para efeitos de transporte de crianças, não era dinheiro próprio da Câmara, mas sim do referido fundo. -----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu que todo o dinheiro que entra na autarquia, independentemente da sua origem, é dinheiro da Câmara Municipal, não sendo o Fundo Social Municipal, um fundo próprio para aquilo, ainda que a autarquia justificasse perante a DGAL aquela despesa como sendo aplicada por via do referido fundo. -----

Prosseguiu a vereadora Sabrina Furtado para perguntar o seguinte: -----

- Na mesma página do mesmo documento, a que se referia a rubrica “Venda de bens e serviços correntes” com o valor de € 1. 243,00; -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

O presidente da Câmara Municipal respondeu imaginando poder também tratar-se de receita gerada pela venda da água aos consumidores, sendo que na conta existia documento discriminativo da referida rubrica; -----

- Na página 2 do mesmo documento, depreendia que relativamente a rendas o montante de 62.000 euros, se reportasse aos bares e outros serviços; -----

O presidente da Câmara Municipal, confirmou, adiantando que a rubrica aumentou de valor por via da concessão do restaurante da Rotunda dos Frades. -----

- Referência a dois contratos ARAAL, 15.000 € para o da Av. Vasco da Silveira e Capital Habitações no montante de 93 000 euros, solicitando esclarecimento sobre este último; -----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu tratar-se de um contrato ARAAL já antigo e respeitante à construção das habitações do Loteamento da Lombinha, na freguesia de Água d'Alto, cujas casas foram construídas com financiamento do governo regional. -----

- No que se refere à despesa, e no que respeita ao pessoal, o que significava e a que situações se reportava a rubrica “pessoal em qualquer outra situação” no montante de € 227.000,00; -----

O presidente da Câmara Municipal disse não ter presente a informação e que responderia na próxima reunião. -----

- Com quem a Câmara Municipal mantinha contratos de avença, contabilizados no montante de 106 000 euros; -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu indicando as seguintes áreas: Engenharia; Arquitetura; Jurídica e a então diretora do museu municipal. -----

- De que se tratava a despesa de 203 mil euros com instituições sem fins lucrativos; -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que o referido valor deveria se referir a apoios às associações do concelho. -----

- Quanto a “viadutos, arruamento e obras complementares” com 438.000 euros, depreendia que tinha a ver com as obras na estrada de Ponta Garça, no ano passado; -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que se referia à estrada de Ponta Garça, à Av. Vasco da Silveira e à envolvente da Capela da Luz Eterna. -----

- Quantas admissões foram feitas dos programas ocupacionais, pois na Introdução à Conta, certamente que por lapso, dava a entender que todos teriam sido admitidos. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que tinham sido dezasseis e que não tinham sido feitas mais em virtude das limitações financeiras. -----

Submetidos a votação, a Câmara Municipal deliberou aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018, remetendo os mesmos, para apreciação e votação da assembleia municipal. -----

Votaram contra os vereadores do PSD, tendo a vereadora Sabrina Furtado apresentado a seguinte declaração de voto: -----

“Em coerência com o facto de termos votado contra o orçamento de 2018, o que vemos aqui é o executivo camarário a regozijar-se com pouco, pois executou 50% da despesa corrente de 2015 a 2018, também não disse que apenas executou 50% do seu próprio plano de investimentos para 2018, como



consta dos documentos em análise. -----

Resulta da Introdução à Conta que em matéria cultural fica-se pelo São João da Vila, desejando o PSD que o executivo fosse mais ambicioso e que também é feita referência à Capela da Luz Eterna, à Requalificação da Av. Vasco da Silveira e ao Parque Recreativo da Mãe de Deus, sendo que relativamente à Capela da Luz Eterna, a mesma foi feita com fundos próprios da autarquia e a Av. Vasco da Silveira e o Parque Recreativo com contrato ARAAL, sendo que este último, ainda agora havia sido iniciado. -----

Tendo o PSD votado contra o orçamento para o ano de 2018 e vendo as contas de 2018, com 50% de execução do próprio investimento estipulado, é natural que os vereadores do PSD votem contra, pois as nossas prioridades teriam sido, manifestamente, outras, não descuidando a parte social e muito menos os parceiros de uma Câmara Municipal que devem ser as Juntas de Freguesia que deviam poder receber em percentagem conforme o próprio FEF, já que são as instituições mais próximas dos cidadãos e das suas necessidades. -----

O presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“ É com orgulho que afirmamos que a execução do plano de 2018 é de 90%, conforme dizem os números, que não é razoável confundir-se orçamento com o prestação de contas, pois, orçamento é onde e o plano é onde se diz o que se vai fazer durante o ano e que aí são possíveis perspectivas diferentes e outra coisa é a prestação de contas e aqui, ou bem que as contas estão erradas, não têm os números corretos ou não revelam outros elementos certos, elas não definem o que foi o plano e o orçamento. Se o executivo socialista está muito satisfeito com o seu plano e orçamento e com a sua execução e tenha votado favoravelmente aqueles documentos, bem como agora a conta de gerência, esta não se confunde com opções políticas, que já foram tomadas e já foram tidas em consideração e portanto, a execução foi de 90% e não de 50%, para que os números fiquem claros. -----

Continuaremos a desenvolver os esforços que temos feito em prol das comunidades mais carenciadas; continuaremos a aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia como temos vindo a fazer e que este ano aumentamos mais 20 mil relativamente ao orçamento do ano passado, tudo dentro daquilo que é uma política precaucionária no que respeita aos investimentos e às contas do município e o saldo de gerência de mais de 821 000 euros de 2018 para 2019, reflete bem a forma como esta Câmara tem gerido os seus recursos financeiros, não gastando aquilo que é preciso para apoiar as populações e fazer investimentos prioritários, daí termos transitado com um saldo positivo que nos garante solvabilidade, ao contrário do que aconteceu há anos para trás, marcados por sucessivas dívidas. -----

Connosco, os vila-franquenses podem contar que não haverá mais dívidas, que continuaremos a pagar as dívidas e que só com saldos positivos podemos diminuir endividamento da nossa camara de forma sustentada, não faltando com aquilo que é essencial para as nossas populações, não faltando com a requalificação dos espaços públicos a bem de todos os vila-franquenses e ainda sobrando dinheiro para amortizarmos a dívida de modo a levamos menos tempo a pagá-la. -----

É isso que nos faz votar favoravelmente, as contas de 2018.” -----



(DL 37/2019) - I N.º 352/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL-

Foi presente à reunião a proposta referente à segunda revisão ao orçamento da autarquia/2019. -----

O presidente da Câmara Municipal apresentou o documento, designadamente no que se referia às Modificações às Grande Opções do Plano, sublinhando tratar-se da aplicação do saldo de gerência de mais de 800 mil euros e nomeando como mais relevantes, as seguintes situações: -----

- Renovação dos equipamentos de ar condicionado do Centro Cultural; -----
- Aquisição do edifício propriedade da Fundação Escola Profissional na freguesia de Ponta Garça; -----
- Processo de revisão do PDM; -----
- Conceção do Plano de Segurança do Sistema de Abastecimento de Água; -----
- Estudo do Tarifário da Água; -----
- Requalificação do Museu Municipal; -----
- Estabilização da encosta da Praia do Corpo Santo; -----
- Implantação da ciclovia entre a vinha d'Areia e o Poço Largo; -----
- Requalificação do Cento Histórico de Água d'Alto; -----

A vereadora Sabrina Furtado pediu a palavra para solicitar esclarecimentos sobre a aquisição de um armazém na freguesia de Ponta Garça, o estudo do tarifário da água e a requalificação do edifício do museu. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu esclarecendo que o armazém em questão era o da Fábrica da Igreja; que o estudo do tarifário da água resulta da necessidade de a autarquia saber o custo de todas as componentes do sistema de abastecimento de água e o seu reflexo no preço final ao consumidor, em conformidade com as orientações da entidade reguladora, ERSARAA, que visam a uniformização do preço do m3 praticado pelos municípios e entidades exploradoras; que o executivo tinha um projeto ambicioso para o museu municipal, só possível de concretizar com apoios comunitários e que consistia na requalificação do edificado atual, na construção de um novo edifício adjacente, com ligação ao parque de estacionamento ali existente, criação de espaço ajardinado e construção de novo parque de estacionamento no espaço ocupado pelo antigo parque de máquinas municipal, tudo interligado. -----

A vereadora Sabrina Furtado também perguntou sobre a localização do ponto de carregamento de mobilidade elétrica e pediu esclarecimento sobre a rubrica sobre cobertura de prejuízos, inscrita na revisão apresentada. -----

O presidente da Câmara Municipal declarou que o ponto de mobilidade elétrica ficaria situado de frente ao Café Damião e que a rubrica apontada pela vereadora Sabrina Furtado destinava-se a cobrir os prejuízos com as empresas municipal e com a extinção da EIRSU. -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta de revisão orçamental apresentada, remetendo a mesma para apreciação e votação da assembleia municipal. -----

Abstiveram-se os vereadores eleitos pelo PSD. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

BALANCETE

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 14 de abril na importância de 1.036 198, 89 € (um milhão, trinta e seis mil, cento e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 11:10h, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe de Divisão Administrativa e Operacional, mandei escrever e subscrevo. -----

----- Declaro ainda que a presente ata contém 11 folhas. -----